



VALORIZAÇÃO

Bônus da Receita é regulamentado; decreto traz novas perspectivas para luta em prol da valorização das carreiras da CVM

Sete anos após a edição da lei que criou a rubrica, o Bônus de Eficiência e Produtividade da Receita Federal do Brasil foi regulamentado, por meio de decreto publicado no último dia 5 de junho. Se, por um lado, a regulamentação concretiza a assimetria remuneratória entre carreiras do mesmo nível estratégico, o que pode gerar inclusive a fuga de quadros funcionais em busca de melhores condições, por outro, a luta dos Analistas e Auditores Fiscais abriu caminhos e serviu de aprendizado para buscarmos, de igual forma, a

valorização das carreiras da CVM, com possíveis aperfeiçoamentos da experiência vigente.

Até o debate do Bônus da Receita chegar ao Supremo Tribunal Federal, por exemplo, era desconhecida a compatibilidade do bônus com o subsídio. Foi este fato que levou a carreira a abandonar o sistema de remuneração, em 2016. Logo, a partir da declaração de constitucionalidade, foi reconhecida pelo STF a viabilidade de os servidores receberem uma remuneração variável em complemento à remuneração fixa. Cabe destacar que, no julgamento, o relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou que o bônus representa uma concretização do princípio da eficiência no âmbito do serviço público.

Também vimos, ainda na esfera judicial, a disputa em busca da paridade da verba para os aposentados, não só na Receita e na Auditoria-Fiscal do Trabalho, mas também na Advocacia Pública, que passou a perceber honorários de sucumbência em 2015.

Em todos os enfrentamentos, no Judiciário, no Executivo e no Legislativo, testemunhamos, por parte dessas categorias, união, empenho e disposição para luta. Assim, com greves, paralisações e insistentes tentativas, elas conquistaram. E nós também podemos.

Os debates sobre uma remuneração variável se desdobram agora nas carreiras do Ciclo de Gestão e do Núcleo Financeiro. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) e o Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) já deram início à mobilização nesse sentido. Nós, do SindCVM, buscamos a ampliação do debate junto ao SindsUSEP e ao SINAL, para evitar um descolamento das carreiras. Temos avançado nas discussões para apresentação de uma proposta que representa o aperfeiçoamento da experiência atual, ao prever: a) manutenção do regime de subsídio, b) a preservação da paridade entre ativos e aposentados, e c) a manutenção da correlação salarial das carreiras do Núcleo Financeiro. Mas o necessário avanço só será possível se nos mantivermos mobilizados e unidos no propósito de alcançar a valorização devida das nossas carreiras.

Sigamos juntos!



PAUTA CONJUNTA

Reajuste entra em vigor e carreiras preparam lançamento da campanha salarial 2024

O mês de junho chegou com uma boa notícia aos servidores da CVM. Depois de quatro anos sem nenhuma atualização, as remunerações e proventos (pela regra da paridade) foram reajustadas em 9%, conforme acordo firmado entre o SindCVM e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em março. A negociação garantiu, ainda, o reajuste do auxílio-alimentação, que passou a vigorar com o valor de R\$658,00 a partir de maio. Essa conquista, que simbolizou a retomada do diálogo por parte do governo com os servidores, foi obtida por meio da mobilização conjunta das carreiras do Executivo Federal, que somaram forças na Campanha Salarial 2023 pela recomposição emergencial das remunerações. O trabalho unificado será rearticulado, agora, com vistas à demanda para 2024.

Levando em consideração o calendário de discussão no Congresso Nacional sobre o Orçamento da União para o próximo exercício, as entidades representativas agendaram o lançamento da campanha salarial 2024 para o próximo dia 20 de junho. O pleito será apresentado em transmissão ao vivo no canal do Fonacate no [YouTube](#). O objetivo é ter a pauta definida na retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que deve ocorrer ainda em junho.

Os preparativos para o lançamento foram temas da Assembleia Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) realizada nesta terça-feira, 13 de junho. A agenda, que reuniu as lideranças em Brasília, contou com a participação do presidente do SindCVM, Oswaldo Molarino Filho.

Além de discutirem sobre a urgência da articulação da campanha, os dirigentes relataram as sugestões apresentadas ao MGI, visando o aperfeiçoamento da minuta do protocolo de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Os principais pontos levantados dizem respeito à periodicidade, à

representatividade das entidades que comporão o grupo de negociação e às pautas que serão tratadas na Mesa. O protocolo final deve ser apresentado pelo governo no dia 21 de junho.

Acompanhe e participe do lançamento da campanha salarial 2024!

ATENÇÃO

Cabe esclarecer que o reajuste instituído pela Medida Provisória n. 1.170/2023, citado acima, será estendido aos aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da regra da paridade de proventos. São, portanto, alcançadas as aposentadorias concedidas com base nos seguintes dispositivos: redação original do art. 40 da Constituição Federal; art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003; art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005; art. 40, § 6º, I, e art. 20, § 2º, I, da Emenda Constitucional n. 103/2019. E, no caso das pensões, aquelas concedidas até a publicação da Emenda Constitucional n. 41/2003 (31 de dezembro de 2003).

Os proventos não alcançados pela regra da paridade têm atualização de acordo com norma própria e, de modo geral, são reajustados a cada ano, no mesmo índice aplicado ao Regime Geral de Previdência Social.



VOTAÇÃO ABERTA

Mais uma reivindicação do nosso Sindicato: servidor de carreira na Diretoria da CVM!

Tendo em vista o encerramento de mandatos de diretores da Comissão de Valores Mobiliários, e em linha com a defesa do fortalecimento da Autarquia e da valorização das carreiras, o SindCVM abriu, na última segunda-feira, 12 de junho, votação para definição de uma lista tríplice, com o objetivo de indicar servidores de carreira para composição do colegiado. A votação é realizada de forma virtual, por meio de link enviado por email, e se encerra na próxima segunda, 19, às 12h.

A indicação atende à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), que sugeriu, em 2020, uma composição mais equilibrada do colegiado sob os aspectos da formação técnica e político-estratégica. "Entende-se pertinente recomendar que parte da diretoria seja proveniente das superintendências, de modo a mitigar o viés pró-regulado que pode ocorrer caso todos os diretores sejam provenientes de instituições reguladas pela CVM, e aumentar a participação de pessoas com foco na proteção dos investidores minoritários", diz trecho do relatório.

As próprias carreiras já fizeram esse debate em 2021, quando cerca de 50% do efetivo votou e indicou, dentre seus colegas, nomes com grande relevância e com reconhecida capacidade técnica. A consulta foi feita também em 2017.

Como participar?

Cada servidor, ativo ou aposentado, poderá indicar até três nomes, todos com o mesmo peso, entre os membros das carreiras da CVM. Para votar, é preciso se identificar com nome e email. Os dados dos votantes não serão divulgados, mas são necessários para validação do cômputo.

Para buscar maior legitimidade à lista, é importante que os servidores discutam entre si os nomes de possíveis indicados. Se você não recebeu o link, entre em contato com o SindCVM para solicitar.

Vote consciente!

GESTÃO DE APOSENTADORIAS

SindCVM prepara ingresso de ação judicial para reversão dos efeitos do Decreto 10.620

Após o debate em Assembleia, o SindCVM se prepara para peticionar à Justiça, em breve, a reversão integral dos efeitos do Decreto 10.620/2021, que transferiu a gestão de aposentadorias e pensões da Comissão de Valores Mobiliários para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A nova ação se somará às diversas iniciativas nas quais o Sindicato tem atuado, como por exemplo, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6767, em que o Fórum

Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), integrado pelo SindCVM, atua como *amicus curiae*.

Cabe ressaltar também, nesse sentido, as tratativas junto ao Executivo. Ainda em fevereiro, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, anunciou a suspensão do calendário de transferências para rediscussão da medida. Mas, desde então, não houve avanços no sentido de reverter as transferências já feitas, como no caso da CVM. Diante dessa inércia, o SindCVM e demais representações do Executivo federal devem reapresentar o pleito, quando da reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, prevista para ocorrer ainda em junho.

Quanto ao ingresso da ação, daremos notícias sobre a petição inicial. Acompanhe nas nossas redes sociais!

CPI DAS AMERICANAS

Necessidade de novo concurso e de valorização do efetivo da CVM resta evidente

A Câmara dos Deputados instalou, em maio, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar “inconsistências” da ordem de R\$ 20 bilhões em lançamentos contábeis, no ano de 2022 e exercícios anteriores, da empresa Americanas. As oitivas estão em curso e os trabalhos devem se estender ao menos até setembro.

Em meio às investigações, grande parte dos esforços dos atores envolvidos e da cobertura midiática se concentra na “caça às bruxas”. O afã de dar nome aos culpados por um dos maiores escândalos recentes no mercado financeiro (obviamente, estes devem ser responsabilizados e penalizados conforme a lei), muitas vezes esconde outros aspectos relevantes neste contexto, que também devem ser levados em consideração.

É o caso da necessidade de reforço do efetivo da Comissão de Valores Mobiliários. A importância do pleito, hoje fora dos holofotes, restará cristalina. Com um quantitativo altamente defasado, sendo impelido a fazer mais com menos, a CVM terá dificuldade em acompanhar o incremento da demanda, seja pelo crescente número de investidores, seja pelas novas dinâmicas de um mercado a cada dia mais moderno.

Não apenas a recomposição dos quadros - face à ausência de concursos em mais de uma década -, mas a valorização do corpo funcional da Autarquia também se faz necessária. A reestruturação das carreiras é parte vital deste processo, bem como o alinhamento remuneratório com servidores de instituições de semelhante papel estratégico para o Estado.

A realização de um novo certame e a valorização do efetivo da CVM, pautas prioritárias na agenda de trabalho do Sindicato junto às instâncias decisórias, representam instrumentos fundamentais para o fortalecimento institucional, com vistas à defesa do patrimônio de milhões de brasileiros, impedindo que casos como o das Americanas se tornem uma triste rotina.

Copyright © 2023 SindCVM.